Questão 2:

Durante muito tempo, a historiografia acerca do colonialismo do Américo Ibérico se mantivera atrelada ao ideário de um controlo estrito por parte das metrópoles, de todas as atividades económicas de relevância realizadas nos territórios de seus imperios ultramarinos. Essa ideia era contrastada com a da colonização inglesa na América, esta, que havia permitido importantes níveis de prosperidade de autogoverno em suas colónias. O chamado poder colonial, ou exclusivo colonial, seria no caso da América Portuguesa, uma consequência das práticas mercantilistas objetivadas pelo absolutismo monárquico da metrópole europeia.

Nas últimas décadas, porém, se fortaleceu a historiografia o questionamento tanto da própria ideia do Estado Absolutista quanto da existência de um rígido controle dos imperios coloniais.

Analisaendo especificamente o caso de Portugal, o historiador António Hespanha propõe, em substituição ao adjetivo absolutista, o termo Monarquia Corporativa, partindo justamente da uma crítica a uma ideia equivocada da poder exercido pelos monarcas portugueses, não apenas no território português, mas mais ainda em seus domínios africanos e africanos. Hespanha chama atenção para as limitações existentes ao poder dos reis, que por diversas vezes tiveram de respeitar as regras estabelecidas por 'concelhos', e até mesmo para as condições concretas deste domínio, já que a inexistência de uma estrutura burocrática que desse conta das necessidades também contribuía para que os costumes e até os ritmos do direito local de cada região se sobreponham sobre os gerais.

Em "O Antigo Regime nos Trópicos", Hespanha desenvolve a ideia de monarquia corporativa em relação ao império ultramarino Portugues. O autor chama atenção para a inexistência de uma constituição colonial unificada, o que levaria a que existissem diversos tipos de acordos e Tratados de vassalagem entre o Coroa e as lideranças nativas das regiões colonizadas. A existência de diferentes estatutos se somava...
a parafernália portuguesa de local sobre o geral e ainda as dificul-
idades de comunicações entre as diversas regiões. Todas essas elemen-
tos contribuíram para uma realidade em relação à qual a idéia
de 'centralização' só pode ser compreendida como uma romantiza-
gação portuguesa a respeito de seus próprios feitos coloniais.

Outro autor que entalha espécies relacionadas à autonomia de
regiões sob domínio imperial português é Luís Felipe de Alencar. Em
"O Trato dos Vivos", o autor trata da formação histórica brasileira
marcada por condições atlânticas que garantiam a originalidade
desta experiência. Para o autor, as relações balanços entre 
América Portuguesa e a Fleetona de Angola tiveram profunda marca
na formação do Brasil. Essas relações serviam estabelecidos através
de tráfico de escravos, que ligeis as duas margens do Atlântico por
três séculos.

Os registos dos portos angolano nos permitem saber que durante o 
segundo século XVIII, apenas 15% dos navios que chegavam a 
Luanda vinham da metrópole portuguesa. Todos os demais vinham do Rio 
de Janeiro, Salvador ou Recife, trazendo produtos como mandioca, cacha-
ça, tabaco, entre outros, que eram trocados por escravos e retornariam 
diretamente para essas regiões. A existência desses fluxos diretos 
entre as costas américas e africanas são o que levou João Fragoso a 
afirmar que a ideia de 'Rede' seria a melhor definição possível 
para o Império Ultramarino Português (Fragoso e Gouveia, "Na
Trama das Redes").

Em outras regiões do Império Português, a fragilidade do domi-
nio colonial foi ainda maior. Regiões como Goa, Macau, 
e mesmo Moçambique até o século XIX contavam com considerável au-
tonomia, que levavam e portugues Diego Costa a afirmar, de "Goa em 1621: " Em nenhumas parte o rei de Portugal é obedecido menos 
do que no Índia." Mesmo no Brasil, os primeiros capítulos destina-
eram os governadores de província geravam de relativa autonomia, consul-
tando a Coroa apenas em momentos que envolviam a segurança dos
Tens bíblicos.

Poem, a percepção dos limites do controle metropolitano não leva os cidadãos a uma interpretação equivocada de que Portugal não tinha se beneficiado do domínio colonial, sabendo extrair das redes de trocas entre seus domínios os interesses da metrópole. A grande atividade lucrativa que constituía o tráfico de escravos foi, apesar das rejeições bilaterais, controlada por Portugal, que conseguiu, a partir dila, controlar também a produção açucareira, por exemplo, na medida em que tinha controle sobre os fatores de produção principais (maç. - de - obra). No intuito, havia, como afirmou Almeida, um “braço brasileirizado” no sistema colonial, dado a existência de desigualdades entre as trocas brasileiras e portuguesas. Essa marca dos negociantes brasileiros no comércio atlântico faz o autor chegar a conclusão de que a relativa autonomia estabelecida já no século XIX com a transferência da corte para o Brasil não pode ser considerada uma ruptura com determinada “ordem colonial”, posto que “esta autonomia” brasileira já existia.

**Questão 3**

O período entre 1945 e 1964 no Brasil foi marcado pela urgência de sucessivos gabinetes democráticos em meio a um processo de profundos traumas na sociedade. O país passava por uma industrialização que se concentrava na região sudeste, a uma consequência a definição de fortes desigualdades regionais, além de um fluxo migratório desde as regiões norte – nordeste para o sudeste. As cidades crescem, e junto com eles crescem os problemas sociais gerados pela ausência de políticos públicos que acompanham esse crescimento. Depois de um período anterior em que se desenvolveram alguns importantes indústrias de base, os anos 1950 foram marcado pelas implantações das maquinarias de automóveis, entre outros indústrias de transformação, e junto com elas as cidades propiciaram...
um incremento do consumo, fomentado pelo estímulo pela propaganda, que começou a ganhar importância.

No plano internacional, traz-se ao momento do estabelecimento da bipolaridade entre as superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, e representavam dois distintos modelos sociais e econômicos. Os debates acerca dos projetos econômicos também se desenvolveram no país, com força especial no que diz respeito às políticas sobre a abertura ao capital estrangeiro e desenvolvimento da economia nacional. No plano social, as transformações atroventadas pelo país vinham ganhar um aprofundamento da demanda por a distribuição de títulos, a expansão de direitos, as melhorias urbanas, etc.

A época também é marcada por mudanças nos costumes, motivadas em grande parte pelo crescimento da cultura urbana, por influências culturais externas e pela diversidade de pressupostos pelo fisco migração.

Por tudo o que previamente mencionado, temos um período de reavaliação política e cultural, em que as transformações e as disputas vai se intensificar em momentos de grupo e momento social. Têmos, por exemplo, a formulação das lutas campesinas e sua luta para uma apreensão mais nítida das condições de vida no campo. De mesmo fato, a CGT vai organizar os trabalhadores urbanos organizados na reestruturação de direitos. É a época também de florescimento do movimento estudantil, que se organiza não apenas no plano das manifestações educacionais, mas também no plano cultural, através dos Centros Populares de Cultura da UNE.

A este contestação da realidade desigual se confronta com o otimismo representado pela Renova, expressado de um sentimento de pobreza da sociedade brasileira.

Buscando uma compreensão satisfatória do período, em especial no que diz respeito às manifestações culturais
e políticas dos diversos grupos da sociedade brasileira. Ao
ano 1945-1964, autoavaliar nessa proposta de abordagem
para a educação básica, mas especificamente para gerações
entre 13 e 18 anos, parte de um estabelecimento de uma
luz que entra, presente e presente, de forma que permita comparar
os momentos de desenvolvimento do país e a forma como se
relacionam esses grupos.

A abordagem partiu de dois princípios interpretados:

1. Que a forma, diante das possibilidades de manifestação
cultural e política, propostas pelo regime democrático,
em diversos grupos expressam suas necessidades e
interesses;

2. A partir de suas leituras sobre as transformações do país,
A partir desta base, analisaríamos as situações atuais
do período em questão, buscando comparar problemas,
questões, interesses de determinados grupos, e os próprios
limites e possibilidades de atuação da democracia.

Desta forma, buscamos trabalhar a capacidade de
alunos, em estabelecer conexões entre passado e presente,
refletindo sobre as mudanças e as permanências intuindo
características da realidade brasileira e seus desafios e
seus contornos hoje.

De ponto de vista didático, optaramos, em um primeiro
momento, após uma exposição das principais características
de período, por um debate sobre diferenças e semelhanças
entre as situações brasileiras do período 1945-1964 e atual.
Posteriormente, para uma identificação das principais
movimentos sociais e das principais manifestações culturais de
época, por suas características e demandas. Por fim, pro-
gramamos uma atividade sobre os movimentos sociais, políticos e
culturais do presente momento, em que os alunos seriam
divididos em grupos e orientados a entrevistar, pesquisar e elaborar
uma representação sobre algum desses grupos/movimentos.
A questão do acesso à terra se constituiu ao longo da história do Brasil como um dos grandes problemas sociais do país. A transição do período colonial para o de nação independente mudou o modelo predominantemente agrário-exportador da economia brasileira, que se mantinha baseada no trabalho escravo nas grandes propriedades. Nenhum e fim da escravidão e o incentivo às migrações alterou esse cenário, imposto que a grande preocupação das elites do país era a manutenção de suas grandes propriedades rurais. A lei de terras de 1850 expressava esse unânime, visto que, mesmo antes de ultrapassar a fronteira, trabalhava escravo, bem como da chegada massiva de imigrantes europeus, já eram tomados os preparativos para que o acesso à terra fosse feito mediante o pagamento das propriedades, o que impossibilitava a possibilidade de proliferação da pequena propriedade campesina no Brasil.

No ano 1940 e 1950, o problema do acesso à terra crescia com o crescimento populacional, e era agudizado, sendo, pelo aumento das disparidades regionais, o que fazia com que os investimentos empreendidos se concentrassem no colar urbano. A dificuldade condição de vida nas camadas, combinadas com o fato de que, à esta altura, a população rural ainda ultrapassava a população urbana quantitativamente, si-fizam com que do campo brasileiro saíssem os movimentos rurais mais expressivos do período. As lutas campesas, organizadas em torno da luta pela reforma agrária e da melhoria da vida da população rural brasileira, não se constituíam como um movimento político para simplesmente. Eram movimentos que buscavam a ação de trabalho-ruralista para a atuação social, por isso possuíam existentes de educação popular e cultura.

No contexto da eficiência política dos anos 1960, a grande atuação que promoveu o governo João Goulart por e da Reforma Agrária, tendo a Frente Franciscana liderou um mast radical
"Reforma Agrária na terceira república."

Após o golpe militar de 1964 e ao longo das décadas posteriores, a questão da terra e o acesso à terra geraram novos conflitos. Nesses anos, 1970 e 1980, aprofundou-se o processo de mecanização da atividade agropecuária, o que intensificou os conflitos. O resultado foi a agressão aos trabalhadores rurais.

Ao longo da população rural perseveraram os golpes militares e sua repressão continuou, mas isso não deteve a resistência, mesmo após a redemocratização. Ainda durante a ditadura, o campo virou uma arena de confrontação e resistência. A resistência, tanto na região do Nordeste, como no Planalto Central e na Amazônia, se expressou em forma de lutas e rebeliões.

Também na região da Amazônia, um importante movimento político se organizou a partir dos trabalhadores rurais, que buscavam fuga das violências e da escravidão da terra. A luta contra a exploração da floresta pela agroindústria durante os anos 1980 e 1990 nos impulsionou a lutar por seu território.

A morte de Chico Mendes, um camponês que lutava pela preservação da floresta e da vida, reforçou a resistência e a luta contra a ditadura. No ano de 1990, o MST conseguiu consolidação como principal movimento rural, marcando um novo momento de resistência no campo, que se solidificou no fim da ditadura.

No ano de 1990, o MST emergiu como principal movimento rural, mobilizando a resistência da população brasileira contra a ditadura, tornando-se uma das principais forças políticas do país.